

A inflação de junho: 12%. Um recorde.

Com o expurgo, descerá para 7,8 a 8%. A informação é de Galvêas, que garante que esse "ajuste" só será usado até agosto.

O governo não desistiu do propósito de manter no mesmo nível a inflação e as correções monetária e cambial. A informação foi dada ontem no Rio pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao confirmar que a inflação real de junho foi de 12% (possivelmente, o maior recorde mensal da história do País), devendo ser expurgada em 4%, chegando-se então a uma inflação e a uma correção monetária "ajustadas" de 7,8% a 8%. Em julho, ainda haverá expurgos, mas a partir de agosto voltariam a ser considerados os índices de preços efetivos.

Depois de fazer uma palestra para os alunos da Escola Superior de Guerra, o ministro disse que não existe nenhum problema na disparidade dos índices de junho, que a Resolução 802, "ajustada" pela Resolução 841, procurava evitar. No mês passado, a variação cambial acumulou 10%, ficando abaixo da inflação real e acima da inflação e correção fictícias.

Segundo Galvêas, a Resolução 841 não conflita com a Resolução 802 "porque não é regra permanente, pois o que nós fizemos com o ajustamento da Resolução 802 foi dizer a mesma coisa, mas com interrupções nos meses de junho e julho e, dessa forma, a taxa de câmbio não será superior ao IGP e a correção monetária será sempre igual ao IGP ajustado".

O ministro da Fazenda disse que o ganho extra das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com cláusula de correção cambial, está sendo mais tributado e, ainda mais, o Imposto de Renda sobre os juros dessas operações está sendo recolhido por antecipação, ou seja, o que será devido em 1984 está sendo recolhido este ano.

Imposto de Renda

Na Confederação Nacional do Comércio o ministro Ernane Galvêas anunciou que outro decreto-lei será baixado, isentando do Imposto de Renda a diferença entre o valor contabilizado em balanço e o valor da venda do patrimônio alienado pela empresa.

Sobre a decisão do governo de dar tratamento fiscal privilegiado a poupanças sem origem declarada anteriormente no Imposto de Renda (veja matéria na página 15) Galvêas assegurou que isso ocorre em todos os países, "e não representa um estímulo a quem burla o fisco". No entanto, lembrou que, pelo decreto assinado pelo presidente Figueiredo, quem quiser beneficiar-se da medida terá de depositar esses recursos em

cadernêtas de poupança pelo prazo de dois anos, ou então, aplicar em ORTN ou em títulos públicos estaduais e municipais.

— Só assim esses valores corrigidos não sofrerão tributação — frisou o ministro, lembrando ainda que após seis meses de investimentos nas opções apresentadas é que tais aplicações poderão ser convertidas na subscrição de capital das empresas abertas. Nas pequenas e médias empresas ou em ações negociadas em Bolsa. Nestes últimos casos, no entanto, as ações resultantes da aplicação deverão ficar custodiadas pelo prazo mínimo de cinco anos.

Menor produção

Galvêas fez um apelo à indústria de bens de capital para trabalhar menos e produzir menos máquinas e equipamentos. Isso porque, diante da necessidade de reduzir à metade o déficit público, o governo terá de fazer cortes substanciais nos seus investimentos. "Haverá menos obras públicas até que possamos realmente equilibrar a economia interna em termos de uma inflação menor".

Mesmo assim, o ministro da Fazenda garantiu que o desemprego não aumentará porque, na medida em que for sendo reduzida a participação do governo na economia, será aberto espaço para o setor privado. Citou a redução das importações do setor público, para que "sejam mantidas em níveis adequados as importações do setor privado".

"O pior já passou"

Na opinião de Galvêas, a fase mais difícil de ajustamento da economia brasileira foi concluída em grande parte, pois "já temos assegurada a possibilidade de cumprir o superávit de US\$ 6 bilhões da balança comercial e as nossas negociações com a comunidade bancária internacional e com o FMI estão equacionadas no sentido de prosseguir com o financiamento do balanço de pagamentos para 1983".

Para Galvêas, além dos sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos, o governo vem cumprindo "razoavelmente bem" a programação externa e, internamente, o conjunto de medidas aprovado recentemente "levará, sem dúvida, a uma redução substancial do déficit público". Até o final do ano deverão ser extintos todos os subsídios ao açúcar e ao trigo, eliminando-se, dessa forma, outro componente do processo inflacionário.